

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2901/2020-PGJ, DE 10.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4523/2019-PGJ, de 3.12.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão das Procuradorias de Justiça, referente ao ano de 2020, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS CEL: 98478-2062
14 (18h01min) a 21.9.2020 (7h59min)	Rodrigo Jacobina Stephanini

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROCURADORIAS DE JUSTIÇA CÍVEIS CEL: 98478-2062
14 (18h01min) a 21.9.2020 (7h59min)	Antonio Siufi Neto

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2904/2020-PGJ, DE 11.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação, no período de 14.8 a 12.9.2020, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2903/2020-PGJ, DE 11.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar as Promotoras de Justiça de Campo Grande Helen Neves Dutra da Silva e Clarissa Carlotto Torres para representarem o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul junto ao grupo de trabalho interinstitucional denominado “GTI Diretrizes COVID-19 para Violência contra Mulheres”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2920/2020-PGJ, DE 11.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pela Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir; e tornar sem efeito a Portaria nº 2798/2020-PGJ, de 27.8.2020 (Processo PGJ/10/2066/2020):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
RPPS – TJMG	1.254 dias	26.6.2006 a 30.11.2009	Oficial de Apoio Judicial	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia	853 dias	1º.12.2009 a 3.4.2012	Advogada	Prefeitura de Uberlândia-MG

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-46/2020/PGJ, DE 21.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 31.8 a 4.9.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-47/2020/PGJ, DE 21.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 29º Promotor de Justiça de Campo Grande, Adriano Lobo Viana de Resende, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 31ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 31.8 a 4.9.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-48/2020/PGJ, DE 21.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes 10 (dez) dias de férias remanescentes, sendo 1 (um) dia referente ao período aquisitivo 2011/2012, a ser usufruído no dia 8.9.2020, 1 (um) dia referente ao período aquisitivo 2018/2019, a ser usufruído no dia 9.9.2020, e 8 (oito) dias referentes ao aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídos no período de 10 a 17.9.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-49/2020/PGJ, DE 21.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 15º Promotor de Justiça de Campo Grande, Rogerio Augusto Calabria de Araujo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 14ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.9.2020, em razão de férias da Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-53/2020/PGJ, DE 28.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos no período de 31.8 a 4.9.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-54/2020/PGJ, DE 28.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa, atualmente exercendo a função de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria-Geral, no período de 31.8 a 4.9.2020, em razão de férias da Promotora de Justiça Bianka Karina Barros da Costa.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-62/2020/PGJ, DE 31.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotor de Justiça Andréa de Souza Resende 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 1 a 30.10.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-63/2020/PGJ, DE 31.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Ponta Porã, Magno Oliveira João, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 1º a 30.10.2020, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Andréa de Souza Resende.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-64/2020/PGJ, DE 31.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos 19 (dezenove) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídos no período de 14.9 a 2.10.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-65/2020/PGJ, DE 31.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Wilson Canci Junior para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 20ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, no período de 14.9 a 2.10.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Douglas Oldegardo Cavalheiro dos Santos.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-69/2020/PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva 20 (vinte) dias de férias regulamentares, a serem usufruídas no período de 27.11 a 16.12.2020, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário, no período de 17 a 26.11.2020, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, 140, e 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e do artigo 14, § 3º, da Resolução nº 19/2009-PGJ, de 4.11.2009.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-70/2020/PGJ, DE 3.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 3º Promotor de Justiça de Coxim, Victor Leonardo de Miranda Taveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 27.11 a 16.12.2020, em razão de férias da titular, Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº e-71/2020/PGJ, DE 3.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Patricia Almiraio Padovan a conversão em abono pecuniário de um terço das férias referentes ao período aquisitivo 2019/2020, no período de 8 a 17.9.2020, nos termos dos artigos 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PORTARIA Nº 2899/2020-PGJ, DE 9.9.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a Dalva Ramires dos Santos de Oliveira, na qualidade de cônjuge do falecido Procurador de Justiça Abel Costa de Oliveira, pensão por morte, a partir de 21.6.2020, nos termos do artigo 40, § 7º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e do artigo 44-A da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, acrescentado pela Lei Complementar nº 274, de 21 de maio de 2020, e o reajuste do benefício se dará na forma prevista no artigo 77 da Lei nº 3.150/2005, com redação dada pela Lei Complementar nº 274/2020 (Processo PGJ/10/1976/2020).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2900/2020-PGJ, DE 10.9.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores ocupantes de cargo efetivo, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para prestar serviços nas unidades de exercício abaixo indicadas, até ulterior deliberação, revogando-se as disposições em contrário.

LOTAÇÃO: PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA		
DESIGNAÇÃO: SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Andre Luiz Correa de Melo	Técnico I/Administrativa	8.9.2020
DESIGNAÇÃO: SETOR DE CONTRATOS		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Luiz Fernando Ribeiro Barbosa	Técnico I/Administrativa	9.9.2020
DESIGNAÇÃO: GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO		
SERVIDOR	CARGO/ÁREA DE ATIVIDADE	A PARTIR DE
Guaraci Mendes da Silva	Técnico II/Administrativa	8.9.2020

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 2705/2020-PGJ, DE 13.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar as férias dos servidores do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, concedidas por meio das portarias abaixo relacionadas, e suas modificações, nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, conforme segue:

Onde consta:

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cenir Teodoro Vieira	2018/2019	29.7 a 7.8.2019	29.10 a 7.11.2019	12 a 21.8.2020	

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Henrique de Brito Gomes	2017/2018	20 a 29.7.2020	10 a 19.8.2020		2 a 11.12.2019
Cleizy Mara Romeiro	2018/2019	9 a 18.12.2019	18 a 27.11.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Raiane Santos Arteman	2018/2019	30.3 a 8.4.2020	29.7 a 7.8.2020		27.1 a 5.2.2020



Passe a constar:

PORTARIA Nº 1892/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Cenir Teodoro Vieira	2018/2019	29.7 a 7.8.2019	29.10 a 7.11.2019	5 a 14.4.2021	

PORTARIA Nº 4170/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Carlos Henrique de Brito Gomes	2017/2018	3 a 12.11.2020	22.2 a 3.3.2021		2 a 11.12.2019
Cleizy Mara Romeiro	2018/2019	9 a 18.12.2019	9 a 18.11.2020		7 a 16.1.2020

PORTARIA Nº 4365/2019-PGJ					
SERVIDOR (A)	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Raiane Santos Arteman	2018/2019	30.3 a 8.4.2020	13 a 22.10.2020		27.1 a 5.2.2020

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-72/2020/PGJ, DE 3.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Aires Alves Machado Junior, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.11.2020 e 7 a 16.6.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.6.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-74/2020/PGJ, DE 4.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Jose Claudio Vieira Neto, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.1.2021 e 5 a 14.7.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 18 a 27.1.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-75/2020/PGJ, DE 8.9.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Junior Prates Cespedes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 18.11 a 7.12.2020, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 8 a 17.12.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-79/2020/PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Emanuelly Martins Atanasio da Silva, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 5 a 14.4.2021, 16 a 25.8.2021 e 10 a 19.1.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-80/2020/PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Bruno Zanatto Macedo, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 8 a 17.9.2021, 13 a 22.10.2021 e 9 a 18.12.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-81/2020/PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Regina Maria Correa Feitosa, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 30.11 a 19.12.2020, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.11.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° e-86/2020/PGJ, DE 10.9.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Lessandra Junqueira da Cunha, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 26.1.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 1º a 10.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-89/2020/PGJ, DE 10.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Angelo Maia Marcelo Pirani, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 26.1.2021 e 12 a 21.7.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° e-90/2020/PGJ, DE 11.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Carlos Humberto Inastoque Silva, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 30.1.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 9 a 18.12.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 2882/2020-PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Glaucete Ruas Lagoas da Silva, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Setor de Projetos de Sistemas, no período de 8 a 17.9.2020, em razão de férias do titular, Marco Antonio Vieira de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2883/2020-PGJ, DE 9.9.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Rafael de Araújo Dantas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Dourados e designado para prestar serviços na 17ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 28.5 a 25.8.2020, em razão de licença da servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2884/2020-PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Renato Teiji Yamamoto, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 73ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.9.2020, em razão de férias, e no dia 18.9.2020, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral do servidor Rony Pedroso Vasques.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2885/2020-PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Gilvana Abreu Deotti, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 46ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 23ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.9.2020, em razão de férias da servidora Patricia Marim.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2894/2020-PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaís da Silva Rodrigues, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Núcleo de Projetos, símbolo MPDS-107, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Engenharia, no período de 13 a 22.10.2020, em razão de férias, e no dia 23.10.2020, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense do titular, Renato Boggi Rodrigues.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2895/2020-PGJ, DE 9.9.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Wilson Flores Velasques, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Contabilidade, no período de 8 a 18.9.2020, em razão de férias e licença compensatória referente a feriado forense do titular, Marco Aurelio de Sá Baptista.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2896/2020-PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Thaisa Aparecida Campagna de Assis, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 7ª Promotoria de Justiça de Corumbá, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 18.9.2020, em razão de férias, e no dia 18.9.2020, em razão de licença compensatória referente a banco de horas da servidora Manoela Souza Schmitz Moreira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2897/2020-PGJ, DE 9.9.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Carlos Edoardo Novoa Borges de Barros Reis, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 5 (cinco) dias de licença-paternidade, em razão do nascimento de seu filho, a partir de 31.8.2020, nos termos dos artigos 130, inciso IV, e 148 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 5.526, de 8 de junho de 2020; e 15 (quinze) dias, em prorrogação, nos termos da Resolução nº 21/2017-PGJ, de 28.8.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 54/2020-GED****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a relação das candidatas aprovadas no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS convocadas por meio do Aviso nº 46/2020-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.270, de 19.8.2020, que manifestaram a opção de **DESISTÊNCIA FORMAL** da vaga de estágio.

CANDIDATA	COMARCA	NÍVEL
ALINE CASTRO VILELA	Naviraí	Pós-graduação
KAMILLA BATISTA DA SILVA	Ponta Porã	Pós-graduação

Campo Grande, 11 de setembro de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 55/2020-GED**XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, declara a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS abaixo relacionados, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados na convocação constante do Aviso nº 46/2020-GED, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.270, de 19.8.2020.

CANDIDATO(A)	COMARCA	NÍVEL
SANDRA GONÇALVES DE SOUZA ARTE COSTA	Campo Grande	Pós-graduação
HIAGO BRANDAO DE SOUZA	Campo Grande	Pós-graduação
JORGE DAVID GALEANO ROSENDO	Campo Grande	Pós-graduação

Campo Grande, 11 de setembro de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 56/2020-GED****XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de pós-graduação em Direito** aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 1/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GED – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 18 E 22.9.2020, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, DE 12 DE ABRIL DE 2019, PUBLICADO NO DOMP Nº 1.949, DE 15 DE ABRIL DE 2019, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O *E-MAIL* DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PÓS-GRADUAÇÃO). COM A ENTRADA EM EXERCÍCIO, OS DOCUMENTOS ORIGINAIS DEVERÃO SER ENTREGUES NO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, PARA ARQUIVO.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**1.1 COMARCA DE DOURADOS**

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
MATHEUS MARQUES MURARO	29º
ALESSANDRA NUNES PACHECO	30ª
JOSEVANDO SOBRINHO DE AMORIM	31ª

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/pós-graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
Comprovante da tipagem sanguínea
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
Diploma de bacharel em Direito (fotocópia legível)
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total (não será aceito documento que não contenha todas as informações)
Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o(a) candidato(a) houver residido nos últimos cinco anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”
Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <i>link</i> “Estagiários”, aba “Formulários”

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2019-XXIIPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.



REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO PARA OS CANDIDATOS APROVADOS DO CURSO DE DIREITO, NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 98478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 11 de setembro de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES
Promotora de Justiça
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/PGJ/2020 - SRP PROCESSO Nº PGJ/10/0328/2020 UASG 453860

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a homologação do resultado e a regularidade da licitação Pregão Eletrônico nº 05/PGJ/2020 (Processo nº PGJ/10/0328/2020).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de expediente, material elétrico e eletrônico e material de manutenção de bens móveis (Papel sulfite, apagador, bandejas, caderno brochura, caderno de protocolo, caixas de arquivo permanente, canetas, cliques, pilhas, refil para filtro e outros), para atender o Ministério Público Estadual.

Vencedoras/Preços Registrados: Clim Comércio Varejista De Eletrodomésticos Eireli, para o item 1 (R\$3,43); Nacional Comércio de Embalagens Eireli, para os itens 2 (R\$24,38), 13 (R\$1,04), 18 (R\$0,22), 19 (R\$0,22), 28 (R\$10,59), 45 (R\$8,56), 46 (R\$8,38), 47 (R\$45,37), 55 (R\$12,34), 70 (R\$7,54), 74 (R\$0,94), 77 (R\$8,50), 78 (R\$49,99), 85 (R\$47,88), 86 (R\$3,82), 90 (R\$2,86), e 92 (R\$3,85); Papelaria e Bazar Polgrymas Ltda., para os itens 3 (R\$28,00), 4 (R\$4,55), 38 (R\$42,20), 40 (R\$98,70), 41 (R\$10,60), 42 (R\$0,43), 43 (R\$0,60), 44 (R\$1,25), 52 (R\$7,60), 54 (R\$1,23), 67 (R\$43,90), 81 (R\$3,50), 87 (R\$6,26) e 91 (R\$0,50); Jonatas dos Santos Ribeiro 04620530166, para os itens 5 (R\$8,00), 6 (R\$0,19), 15 (R\$2,29), 16 (R\$3,05), 17 (R\$2,80), 21 (R\$10,00), 22 (R\$10,00) e 23 (R\$10,00); Fondazzi & Nickus Ltda., para os itens 7 (R\$3,25), 10 (R\$23,50), 11 (R\$23,50), 12 (R\$23,50), 25 (R\$1,90), 26 (R\$3,00), 39 (R\$111,50), 56 (R\$2,36), 57 (R\$2,41), 58 (R\$4,10), 60 (R\$16,90), 61 (R\$13,00), 69 (R\$35,00), 71 (R\$8,10), 75 (R\$1,30) e 88 (R\$3,10); J. F. A. Koch & Cia Ltda., para os itens 8 (R\$7,49), 29 (R\$1,70), 59 (R\$2,64), 63 (R\$3,90), 64 (R\$9,00), 66 (R\$34,00), 68 (R\$17,90), 72 (R\$1,50), 73 (R\$1,30), 76 (R\$1,90) e 89 (R\$2,98); Sei Comercio e Serviço Eireli, para o item 9 (R\$2,50); Fabio Equipamentos e Suprimentos de Informática Eireli, para os itens 14 (R\$1,01), 24 (R\$2,08), 27 (R\$5,96), 30 (R\$0,85), 82 (R\$1,58), 83 (R\$1,58) e 84 (R\$1,58); Prisma Papelaria Eireli, para o item 20 (R\$27,93); RPF Comercial Eireli, para o item 48 (R\$48,88); N. B. Distribuidora e Importadora de Produtos e Equipam, para os itens 49 (R\$38,41), 50 (R\$38,41) e 51 (R\$38,41); e Luiz Tadeo Damaschi, para o item 65 (R\$30,00).

Não foram registrados preços para os itens 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 53, 62, 80 e 81.

Campo Grande, 11 de setembro de 2020.

PAULO ROBERTO GONÇALVES ISHIKAWA
Promotor de Justiça e Secretário-Geral do MP/MS em exercício
Ordenador de Despesa



COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: Lar São Francisco de Assis de Mundo Novo/MS, representado por seu Presidente – José Pedro Sversut.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Microcomputador, marca HP: 1 unidade

Data: 6.11.2019.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/2549/2019 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário: 3º Grupamento de Polícia Militar de Japorã/MS, representado por seu Comandante do 3º GPM de Japorã/MS – Nilson Otaviano da Silva.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Monitor de vídeo, marca HP: 1 unidade

Microcomputador, marca HP: 1 unidade

Data: 6.11.2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE003184 DE 10.09.2020 DO PROCESSO PGJ/10/2545/2020

Credor: DILUZ COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 27/PGJ/2019 – Ata Registro de Preços nº 1/PGJ/2020.**

Objeto: Aquisição de materiais elétricos, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 1.690,00 (um mil seiscentos e noventa reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE003184 de 10.09.2020, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Amparo legal: inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 107/PGJ/2020**

Processo: PGJ/10/2258/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RESTART TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.**, representada por **Eduardo Henrique França**

Licitação: Dispensada.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Medida Provisória nº 961, de 6 de maio de 2020.

Objeto: Fornecimento e instalação de monitores *video wall* e suporte, incluídos todos os materiais necessários para a execução dos serviços, para atender este Ministério Público Estadual.

Valor total: R\$ 49.869,02 (quarenta e nove mil oitocentos e sessenta e nove reais e dois centavos), nos termos das Notas de Empenho nº 2020NE002792, 2020NE002793 e 2020NE2794, todas de 12 de agosto de 2020.

Vigência: 02.09.2020 até 02.09.2021.

Data de assinatura: 2 de setembro de 2020.

EXTRATO DO CONVÊNIO ENTRE MPMS E BRASIL EDUCAÇÃO S/A

Processo: PGJ/10/1278/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **BRASIL EDUCAÇÃO S/A**, mantenedora do Centro Universitário Una (UNA) e Faculdade Una de Itabira (UNA), representada seus procuradores, **Fábio Vieira Figueiredo** e **Marcelo Cometti**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de cursos de nível superior/graduação e superior/pós-graduação *lato sensu* ou *stricto sensu*, oferecidos pela BRASIL EDUCAÇÃO S/A, bem como pelas Instituições de Ensino mantidas pela BRASIL EDUCAÇÃO S/A, nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 13.05.2020 a 13.05.2022.

Data da assinatura: 13 de maio de 2020.

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 83/PGJ/2018

Processo: PGJ/10/1847/2018

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Ronaldo Benkendorf**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 22/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “d”, da Lei Federal nº 8.666/1993, e Emenda Constitucional, do Estado de Mato Grosso do Sul, nº 77 de 18 de abril de 2017.

Objeto: **Remanejar vagas**, sem ônus para o erário, das funções de Digitador, Recepcionista e Auxiliar de Limpeza, previstas no Anexo II do instrumento contratual, e **alterar o índice de correção de valores** para que as eventuais correções monetárias e os reajustes dos insumos não ligados diretamente à mão de obra, sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, tendo em vista a Emenda Constitucional, do Estado de Mato Grosso do Sul, nº 77 de 18 de abril de 2017.

Vigência: 10.09.2020 a 31.12.2020.

Data da assinatura: 10 de setembro de 2020.

**EXTRATO DE PENALIDADE POR DECISÃO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO****Intimada: A2GB Comércio e Serviços Ltda****Processo nº PGJ/10/3697/2019****Nota de Empenho nº 2019NE000332, de 10.12.2019**

Finalidade: **INTIMAÇÃO** da empresa **A2GB Comércio e Serviços Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob 09.397.810/0001-06, Inscrição Estadual nº 283488387, com sede da Rua dos Barbosas, nº 1147, Bairro Amambai, Campo Grande/MS, CEP: 79.0005-430, representada neste ato por Lucas dos Santos Barreto Rovarola da Silva, RG nº 279.299 SSP/MS e CPF nº 338.812.191-53, da Decisão exarada pela Exma. Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, às fls. 503-508, do Processo nº PGJ/10/3697/2019, cujo dispositivo é o que segue: “(...) *Por todo o exposto, acolhendo a fundamentação do parecer jurídico e os relatórios de fiscalização da contratação, resta configurada a hipótese autorizadora e APLICADO, à empresa A2GB Comércio e Serviços Ltda., em face do descumprimento do subitem 15.1, combinado com os subitens 17.4.1, 17.4.2 e 17.4.3, todos do edital do Pregão Presencial nº 22/PGJ/2019, com fulcro nos artigos 66, 86 e 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, as sanções de advertência, multa moratória, no importe de 10% (dez por cento) e multa por inexecução parcial do objeto, no importe de 20% (vinte por cento), ambas sobre o valor dos equipamentos não entregues. Ainda, com fulcro no art. 79, inciso I da Lei nº 8.666/93, DETERMINO a rescisão unilateral da avença, frente ao não cumprimento integral da contratação (...)*”, **para, querendo, oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da publicação, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei nº 8.666/93. **INTIMA-SE**, ainda, **a adimplir** a sanção de multa moratória no valor de R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais), correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor do produto não entregue por dia de atraso; e multa por inexecução parcial do objeto no valor de R\$ 1.680,00 (mil seiscentos e oitenta reais), correspondente 20% (vinte por cento) sobre o valor do produto não entregue, totalizando **R\$ 2.520,00** (dois mil quinhentos e vinte reais). **O valor total de R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais) deverá ser pago no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados desta publicação, na seguinte conta bancária: (001) Banco do Brasil; Agência 2576-3; Conta Corrente 50.120-4; CNPJ nº 03.464.870/0001-00 – Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público; preenchendo-se o campo nº 2 de identificação com o CNPJ da empresa e o campo nº 3 com o nome da empresa.** Esclarece-se, por fim, que os autos nº PGJ/10/3697/2019 encontram-se à disposição da contratada ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-2101, no horário de expediente das 12h às 19h pelo prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados desta publicação. Além disso, o Processo nº PGJ/10/3697/2019 terá continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da intimada, sendo passível de aplicação das medidas judiciais cabíveis, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa às partes, consoante artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal Brasileira de 1988. Nada mais.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****EDITAL Nº 0025/2020/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço www.mpms.mp.br.

Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil: 09.2020.00003027-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Viação Umuarama Ltda

Objeto: Registrar o Acordo judicial celebrado nos autos 0800313-18.2014.8.12.0004 e dar publicidade de suas cláusulas aos interessados.

Amambai (MS), 11 de setembro de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****IC - INQUÉRITO CIVIL 06.2019.00001469-0**

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

TÍTULO I - PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

COMPROMISSÁRIO(s):

ROGÉRIO ROMEIRO MIRANDA, brasileiro, produtor rural, estado civil, CI-RG 608.935/SSP/MS e CPF 558.283.451-91, filho de Gomercindo Miranda e Tereza de Jesus Romeiro Miranda, com endereço na Rua Monte Castelo, n. 2848, Vila Presidente Vargas, em Amambai, doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*.

TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(s) EMPREENDIMENTO(s)

EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE: Regularização jurídico-ambiental da propriedade de matrícula(s) n. 22.187 e 25.484, registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Estância Santa Madalena e Chácara Onda Verde, de responsabilidade do Compromissário.

TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O **COMPROMISSÁRIO** reconhece que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

TÍTULO IV - OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA. O compromissário se obriga a comprovar, no prazo de 2 (dois) meses, a inscrição do imóvel e atividades referidos no Título II desde termo no Cadastro Ambiental Rural (CAR), bem como a manter atualizada a inscrição.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Caso haja pelo órgão ambiental competente, por qualquer motivo, rejeição, declaração de pendência, arquivamento, declaração de inativo ou cancelamento da inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) feito pela compromissária nos termos do *caput* desta cláusula, o compromissário se compromete a, no prazo de 03 (três) meses a contar da intimação da decisão pelo órgão ambiental, ingressar com novo requerimento ou suprir as incorreções necessárias, sob pena de incidência da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA SEGUNDA. Com relação aos passivos ambientais constatados (supressão, corte e exploração de 1,07 ha de vegetação Mata Atlântica, identificado pelo Parecer 126/19/NUGEO e Relatório de Informações Complementares 11/2ºGPMA/2019), o Compromissário se obriga, independentemente do cumprimento das exigências do órgão ambiental:

A) apresentar Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) específico ao órgão ambiental competente, anexando-o ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), no prazo de 03 (três) meses. Caso haja arquivamento ou não aprovação do mesmo por qualquer motivo, deverá reiniciá-lo em 1 (um) mês, sob pena da multa prevista neste Termo de Ajustamento de Conduta. No documento deverá ser apresentado cronograma para sua execução, que deverá ser iniciado no prazo de 60 (sessenta) dias. A recuperação completa deve ocorrer em, no máximo, 05 (cinco) anos;

B) executar as ações do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), que passa a fazer parte deste instrumento;

C) no prazo de 3 (três) meses, promover a o isolamento das áreas objeto de Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA);

D) não promover o corte, supressão ou a exploração de vegetação de Mata Atlântica fora das hipóteses permitidas na Lei 11.428/2006, observada a necessidade, nos casos restritos em que é possível o corte, supressão ou a exploração, de prévia demonstração do enquadramento legal, autorização ambiental e compensação ambiental ou reposição florestal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A fiscalização do cumprimento do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA) e da recuperação das áreas, será feita pelo órgão ambiental competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O isolamento da área será feito mediante instalação de cerca, objetivando garantir sua regeneração natural, bem como prevenindo que a regeneração mediante plantio ou reflorestamento, entre outras, não seja prejudicada pela ação antrópica ou de animais de criação (bovinos, caprinos, equinos, etc). Caso não haja



desenvolvimento de pecuária na área, bastará o isolamento mediante implantação de estacas delimitando a área onde não poderá haver atividade produtiva, deixando-a em descanso para regeneração natural, independentemente de outros incrementos, tais como plantio de mudas.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A comprovação das obrigações previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta será feita mediante a apresentação do PRADA com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), comprovante de que o PRADA foi anexado ao CAR e Relatório Técnico com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).

CLÁUSULA TERCEIRA. Neste ato o compromissário compromete-se a ingressar não utilizar e operar atividade de barragem do curso hídrico sem licença ou autorização do órgão ambiental competente.

CLÁUSULA QUARTA. O compromissário obriga-se a adequar a fossa existente em sua propriedade às normas contidas na NBR n. 7229/1993, comprovando a instalação de fossa séptica no imóvel no prazo de 03 (três) meses, apresentando ao comprometente cópia da nota fiscal de compra do equipamento, Laudo Técnico subscrito por profissional competente que comprove a observância das normas técnicas e a desativação das fossas irregulares existentes na propriedade, com anotação de responsabilidade técnica, devendo ainda ser ilustrado com fotografias.

CLÁUSULA QUINTA. A título de indenização ambiental a compromissária compromete-se a pagar a importância de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), à Instituição credenciada Conselho Municipal de Cidadania e Segurança Pública de Amambai, CNPJ 20.870.550/0001-79 (Banco do Brasil, Ag. 0743-9, CC 33.000-0), devidamente cadastrada como entidade beneficiária de Termo de Ajustamento de Conduta, conforme a Resolução PGJ n. 031/2012, em 2 (duas) vezes, sendo a primeira parcela com vencimento em 30 dias da assinatura do presente termo, e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, para custear projeto de interesse social.

CLÁUSULA SEXTA. Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o Compromissário se obriga a dar ciência a outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Se o Compromissário transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente ou sucessor nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o Compromissário transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Em caso de abertura da sucessão do proprietário ou possuidor da área, a qualquer título, as obrigações assumidas passarão aos seus herdeiros, sem exceção. Sem prejuízo, deverão proceder da forma estabelecida no parágrafo primeiro supra.

PARÁGRAFO TERCEIRO. O adquirente do imóvel descrito no título I deste Termo de Ajustamento de Conduta, total ou parcialmente, sub-roga-se nas obrigações assumidas, devendo cumpri-lo em sua integralidade.

TÍTULO V – SANÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente (independente de notificação) e independente das *astreintes* ou multas fixadas judicialmente da multa diária, por obrigação descumprida, de 50 (cinquenta) UFERMS, que incidirá por dia de descumprimento até o efetivo e perfeito cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa fixada neste Termo de Ajustamento de Conduta, incidirá, desde o inadimplemento e até o efetivo pagamento da multa, correção monetária e juros de 1% ao mês.

CLÁUSULA OITAVA. Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, o Compromissário ficará sujeito ao pagamento das multas respectivas, que se reverterão para o Fundo Municipal de Meio Ambiente, ou a qualquer outro que venha a sucedê-lo. Não havendo fundo municipal, ao Fundo Estadual de Meio Ambiente ou, não havendo, ao fundo Estadual de Direitos Difusos.

TÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA NONA. A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Ajustamento de Conduta, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações ora assumidas.

PARÁGRAFO ÚNICO. A assinatura deste Termo de Ajustamento de Conduta não afasta a competência dos órgãos ambientais para atuação, nem exime do cumprimento das normas legais pertinentes, sendo garantia mínima ambiental.

CLÁUSULA DEZ. Todas as obrigações previstas neste Termo de Ajustamento de Conduta obrigam os compromissários de forma solidária, independente da referência feita a um deles ou da nomeação do compromissário no singular.

CLÁUSULA ONZE. O Ministério Público poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel rural e requisitando



providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

CLÁUSULA DOZE. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ajuizamento de ação penal, bem como outras providências.

CLÁUSULA TREZE. Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

CLÁUSULA QUATORZE. Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e compromitentes, recebendo cada parte uma delas.

Amambai, 10 de setembro de 2020.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

ROGÉRIO ROMEIRO MIRANDA
Compromissário

Testemunhas:

Nome: Júlio César Martucci – CREA/MG 65247-D – RG 16449900/SSP/SP – CPF 504.795.556-72

Nome: Roberson Rosalin de Freitas – servidor público

CAARAPÓ

EDITAL 0015/2020/02PJ/CRP

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Caarapó – MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000995-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marly Theis

Assunto: Apurar desmatamento de 18,99 hectares em área de Mata Atlântica, Floresta Semi-decidual Submontanada, na Fazenda São Francisco do Laranjay – Área C, em Juti/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 83/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental – 2016-2017).

Caarapó-MS, 10 de setembro de 2020.

ARTHUR DIAS JÚNIOR
Promotor de Justiça



COSTA RICA

EDITAL N. 008/MPE/2ªPJCR/2020.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001105-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001105-0.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: Fortaleza Comércio de Madeiras - Eireli.

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido Fortaleza Comércio de Madeiras – Eireli, por transportar madeira serrada em desacordo com as normas vigentes.

Costa Rica, 09 de setembro de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 009/MPE/2ªPJCR/2020.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001106-0, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001106-0.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: Comércio de Madeiras Madeverde Eireli.

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido Comércio de Madeiras Madeverde Eireli, por transportar madeira serrada em desacordo com as normas vigentes.

Costa Rica, 09 de setembro de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0010/MPE/2ªPJCR/2020.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001107-1, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001107-1.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: Comércio de Madeiras Madeverde Eireli.

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido Comércio de Madeiras Madeverde Eireli, por transportar madeira serrada em desacordo com as normas vigentes.

Costa Rica, 09 de setembro de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0011/MPE/2ªPJCR/2020.**

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001108-2, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001108-2.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: R. Alves Silva Comércio de Madeiras.

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido R. Alves Silva Comércio de Madeiras, por transportar madeira serrada em desacordo com as normas vigentes.

Costa Rica, 09 de setembro de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0012/MPE/2ªPJCR/2020.

A 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Costa Rica torna pública a instauração do Procedimento Preparatório MP n. 06.2020.00001109-3, que se encontra à disposição na Rua Domingos Augusto Coelho, n. 204, Bairro Santos Dumont.

Procedimento Preparatório n. 06.2020.00001109-3.

Requerente: Polícia Militar Ambiental de Costa Rica-MS.

Requerido: Green Woods Indústria e Comércio de Madeiras Eireli.

Assunto: Colher elementos para formalização de Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido Green Woods Indústria e Comércio de Madeiras Eireli, por transportar madeira serrada em desacordo com as normas vigentes.

Costa Rica, 09 de setembro de 2020.

BOLIVAR LUÍS DA COSTA VIEIRA

Promotor de Justiça

MUNDO NOVO

RECOMENDAÇÃO N. 0005/2020/01PJ/MUV¹

Ref. Procedimento Preparatório n.06.2020.00001064-0

OBJETO: DISPÕE SOBRE A NECESSIDADE DA ADOÇÃO DE PROVIDÊNCIAS VISANDO CESSAR PROPAGANDA ABUSIVA E ENGANOSA POR OMISSÃO PELA EMPRESA SENNA FINANCEIRA DE MUNDO NOVO/MS.

Sr. Representante Legal da empresa Senna Financeira de Mundo Novo-MS:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1.ª Promotoria de Justiça de Mundo Novo-MS, por esta Promotora de Justiça subscritora, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo as que lhe são conferidas pelos arts. 127, *caput* e art. 129, inciso II, ambos da Constituição da República, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Federal n. 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 28, inciso IV, c.c. artigo 29, inciso IV, ambos da Lei Complementar Estadual n.º 72/94 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul); e artigo 23, § 1.º, da Resolução PGJ n. 015/2007²:

¹ Segundo GEISE DE ASSIS RODRIGUES (2014), “em regra, é expedida nos autos do inquérito após a sua instrução, como forma de evitar a propositura da medida judicial e quando não seja caso de ajustamento de conduta, mas nada impede que a recomendação seja feita fora de uma investigação, ou até inicie o inquérito civil”.

² Disciplina o inquérito civil e demais investigações do Ministério Público na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, as audiências públicas, os compromissos de ajustamento de conduta e as recomendações, e dá outras providências.



CONSIDERANDO que ao Ministério Público cabe a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da CF/88; art. 1.º da Lei n. 8.625/93 e art. 1.º da LC n. 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF/88; art. 25, IV, b, da Lei n.º 8.625/93 e art. 25, IV, b, da LC n.º 72/94);

CONSIDERANDO que uma das funções institucionais do Ministério Público, consoante reza nossa Carta Republicana, no art. 129, II, é *"zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia"*;

CONSIDERANDO que *"em vista de seu dever de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública respeitem os direitos constitucionais, tem o Ministério Público a possibilidade de expedir recomendações, dirigidas aos órgãos e entidades correspondentes, requisitando ao destinatário a sua divulgação adequada e imediata, bem como a resposta por escrito"*³;

CONSIDERANDO que a RECOMENDAÇÃO *"é instrumento extraprocessual de especial utilidade para a atuação resolutiva do Ministério Público, servindo à proteção dos direitos de que está incumbido tanto por meio da prevenção de responsabilidades quanto da concretização desses direitos ou correção de condutas que os ameaçam ou lesionam"*⁴;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal estabelece no art. 5º, inciso XXXII, que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor, tendo determinado, no art. 48, do Ato das Disposições Transitórias (ADCT), a elaboração do Código de Defesa do Consumidor, no prazo de 120 (cento e vinte) dias da promulgação da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 170, inciso V, igualmente estabelece, no capítulo dos princípios gerais da atividade econômica, que a ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem, por fim, assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observando, dentre eles a defesa do consumidor;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n.º. 8.078/90, que instituiu o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, estabeleceu as normas de ordem pública e interesse social em atenção ao supracitado dispositivo constitucional;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público, por intermédio das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, auxiliar na execução da Política Nacional das Relações de Consumo, conforme disposto no artigo 5º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 4º, estabelece a Política Nacional das Relações de Consumo, tendo por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos princípios como o do reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, ação governamental no sentido de efetivamente proteger o consumidor e harmonização dos interesses dos participantes das relações de consumo e compatibilização da proteção do consumidor com a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se funda a ordem econômica, sempre com base na boa-fé e equilíbrio nas relações entre consumidores e fornecedores;

CONSIDERANDO que o art. 36 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que *"A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal."*;

CONSIDERANDO que, na sequência, o CDC explicita que *"Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva. § 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços. § 2º É abusiva, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à*

³ MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p.353.

⁴ GAVRONSKI, Alexandre Amara e MENDONÇA, Andrey Borges. Manual do Procurador da República. 1.ed. Salvador: JusPODIVM: 2014, p.787.



violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança. § 3º Para os efeitos deste código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço."

CONSIDERANDO que, balizando o áudio de propaganda veiculada pela empresa Senna Financeira, neste Município de Mundo Novo, vislumbra-se que retrata "jingle" do "Plantão" da Rede Globo, seguido do chamado: *"Atenção você, aposentado ou pensionista do INSS, que fez empréstimo na Senna Financeira em outras financeiras ou em bancos, comparecer com Urgência na Senna Financeira. Senna Financeira, na Avenida Brasil, 950, Centro, em Mundo Novo"*;

CONSIDERANDO que, como cediço, o "Plantão" da Rede Globo concerne a noticiário extraordinário, que normalmente interrompe a programação da emissora, para trazer fatos importantes de última hora, que tenham relevância para a sociedade;

CONSIDERANDO, assim, que a utilização de tal "jingle", por si só, já gera uma sensação de notícia urgente;

CONSIDERANDO que, não bastasse isso, na sequência, o anúncio da empresa Senna contempla dizeres que acabam por enunciar "intimação" aos aposentados e pensionistas do INSS que fizeram empréstimos, assentando que eles terão de comparecer com URGÊNCIA na mencionada empresa, sem explicitar maiores detalhes acerca de tal "obrigação";

CONSIDERANDO que, diferentemente seria se a empresa fizesse um convite, retratando que os aposentados e pensionistas poderiam comparecer ao estabelecimento, para conhecer os novos termos dos empréstimos trazidos em razão da COVID-19 (o que, segundo a empresa, era o seu intento, com a utilização da propaganda em testilha);

CONSIDERANDO que, analisando o áudio da propaganda, tem-se que ela se mostrou contrária aos preceitos idealizados pelo Código de Defesa do Consumidor (art. 36), caracterizando-se como abusiva e enganosa por omissão, nos termos do art. 37 do mencionado *Códex*;

CONSIDERANDO que a propaganda em tela mostrou-se abusiva porquanto coloca como uma obrigação que pensionistas e aposentados (os quais, como cediço, integram em sua maioria o grupo de risco referente à COVID-19), compareçam em estabelecimento comercial, quando a orientação é para que se evite "sair de casa"/aglomerações, de tal arte que a publicidade, portanto, mostrou-se *capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança*;

CONSIDERANDO, ainda, que a propaganda em voga também é enganosa por omissão, tendo em vista que deixou de trazer informações essenciais sobre o produto ou serviço que pretende oferecer ao consumidor, limitando-se a, em tom de urgência, assentar que os pensionistas e aposentados devem comparecer ao estabelecimento;

CONSIDERANDO que o art. 56, caput, do CDC dispõe que *"As infrações das normas de defesa do consumidor ficam sujeitas, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específica"*, destacando-se o inciso *"XII - imposição de contrapropaganda."*, bem como o *"Parágrafo único. As sanções previstas neste artigo serão aplicadas pela autoridade administrativa, no âmbito de sua atribuição, podendo ser aplicadas cumulativamente, inclusive por medida cautelar, antecedente ou incidente de procedimento administrativo."*

CONSIDERANDO que o art. 60 do CDC explicita que *"A imposição de contrapropaganda será cominada quando o fornecedor incorrer na prática de publicidade enganosa ou abusiva, nos termos do art. 36 e seus parágrafos, sempre às expensas do infrator. § 1º A contrapropaganda será divulgada pelo responsável da mesma forma, frequência e dimensão e, preferencialmente no mesmo veículo, local, espaço e horário, de forma capaz de desfazer o malefício da publicidade enganosa ou abusiva."*

CONSIDERANDO que *"Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser enganosa ou abusiva"* ou *"Fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber ser capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança"* configuram-se, inclusive, condutas criminosas, à luz dos arts. 67 e 68 do CDC, respectivamente;



Resolve RECOMENDAR ao Representante da Empresa Senna Financeira, de Mundo Novo-MS, a partir do recebimento desta, abstenha-se de realizar a propaganda objeto da presente recomendação, na forma que vem sendo efetivada atualmente, a qual mostrou-se abusiva e enganosa por omissão.

Espera o Ministério Público De Mato Grosso Do Sul o atendimento desta recomendação, informando que a presente dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas cabíveis, inclusive evidenciar o elemento subjetivo (dolo) dos crimes previstos no art. 67 e 68 do Código de Defesa do Consumidor.

Cientifique o representante legais de tal estabelecimento comercial para que informe, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 10 (dez) dias, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Ainda, determino a remessa de cópias da presente Recomendação ao Diretor do PROCON de Mundo Novo-MS, para que adote as providências administrativas cabíveis em relação à propaganda em voga (abusiva e enganosa por omissão, em tese), dentro de seu âmbito de atribuição, à luz dos art. 56, caput, inciso XII e parágrafo único, e art. 60, todos do CDC, remetendo informações ao Ministério Público sobre as medidas adotadas, no prazo de 15 (quinze) dias.

Por fim, para fins de divulgação e conhecimento, remeta-se cópia da recomendação ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP.

Mundo Novo, 10 de setembro de 2020.

LENIZE MARTINS LUNARDI PEDREIRA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EDITAL Nº 0013/2020/PJ/AID

A Promotoria de Justiça de Anaurilândia/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Floriano Peixoto, nº 1001, Centro, Ed. do Fórum, Anaurilândia/MS.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJMP, o qual poderão ser integralmente acessados via internet no endereço eletrônico <http://consultadeprocedimentos/consulta/SAJ/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000618-0.

Requerente: Promotoria de Justiça da Comarca de Anaurilândia.

Requerido(s): Claudemir Corral Delatin.

Assunto: Apurar desmatamento de 8,18 hectares em área de fitofisionomias Savana Florestada, na Fazenda Santo André, em Anaurilândia/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 195/20/NUGeo (Programa DNA Ambiental).

Anaurilândia/MS, 09 de setembro de 2020.

EDIVAL GOULART QUIRINO
Promotor de Justiça.



ANGÉLICA

EDITAL N° 0012/2020/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001067-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Conecta Transportes de Químicos e Equipamentos Industriais Ltda

Assunto: Apurar eventuais danos ambientais decorrentes de vazamento de, aproximadamente, 7.000 Kg (sete mil quilos) de ácido clorídrico no Córrego Engano, Município de Angélica/MS

Angélica, 10 de setembro de 2020

ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI

Promotor de Justiça em Substituição Legal

PEDRO GOMES

EDITAL N° 0026/2020/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00001103-8, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00001103-8

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Fazenda Tauá- Gleba H, Joseane Mary Ramos dos Santos, Lauren Mary Ramos, José Silva Ramos Junior

Assunto: Apurar eventual dano ambiental consistente em supressão vegetal sem autorização do órgão competente, na propriedade denominada "Fazenda Tauá", situada no Município de Pedro Gomes.

Pedro Gomes/MS, 10 de setembro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Coadjuvação

EDITAL N° 0027/2020/PJ/PDG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000844-4, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000844-4

Requerente: CAOMA - Centro de Apoio Operacional Meio Ambiente, Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes

Requerido: Larissa Lima de Oliveira, Paulo Sérgio Silva Medeiros

Assunto: Apurar desmatamento em área de savana arborizada, na Fazenda Primavera/Estância Berenice, em Pedro Gomes, sem autorização de autoridade ambiental competente, conforme Auto de Infração – PMA nº 20439 e Parecer Complementar nº 665/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental – 2016-2017).

Pedro Gomes/MS, 10 de setembro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Coadjuvação

**EDITAL Nº 0028/2020/PJ/PDG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes/MS torna pública a Instauração do Inquérito Civil nº 06.2020.00000806-6, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Diva Araújo Azambuja, nº 395, Centro, Pedro Gomes - MS.

Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000806-6

Requerente: NUCLEO AMBIENTAL DE APOIO AO CAOMA - PGJ, Promotoria de Justiça da Comarca de Pedro Gomes

Requerido: Laiéte José Barbosa

Assunto: Apurar desmatamento de 6,85 hectares em área de Vegetação Ciliar Aluvial, na Fazenda Livramento, em Pedro Gomes, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Vistoria PMA e Parecer n. 669/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental – 2016-2017).

Pedro Gomes/MS, 10 de setembro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor de Justiça em Coadjuvação

SONORA

EDITAL Nº 0002/2020/26ZE/SNR E PG.

Procedimento Preparatório Eleitoral – n. 06.2020.00001102-7

A Promotoria Eleitoral de Sonora/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório Eleitoral nº 06.2020.00001102-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua 03 de Junho, nº 90, Edifício do Fórum, Sede da Promotoria de Justiça.

Os autos encontram-se registrados no sistema informatizado SAJ/MP, os quais poderão ser integralmente acessados via internet, no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: Selma Evangelista da Silva.

Objeto: Apurar eventual captação ilícita de sufrágio praticada, em tese, pela servidora Selma Evangelista da Silva, em prol da candidatura de Francisco Vanderley Mota.

Sonora/MS, 10 de setembro de 2020.

MARCOS ANDRÉ SANT'ANA CARDOSO

Promotor Eleitoral